

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 165.837 - SP (2019/0138865-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**SUSCITANTE** : API SPE26 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E OUTRO(S)  
**ADVOGADO** : FABIO RIVELLI - SP297608  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JUIZ DE FORA - MG  
**INTERES.** : CRISTIANO DE ALMEIDA VILELA  
**ADVOGADO** : DEBORA MACHADO ROCHA - MG136406

### **EMENTA**

*CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. NÃO CONFIGURAÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA PRÁTICA DE QUAISQUER ATOS DE CONSTRIÇÃO DIRIGIDOS AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES. CONFLITO NÃO CONHECIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado por API SPE26 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e OUTROS, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação, e do JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE JUIZ DE FORA - MG, no qual tramita o cumprimento de sentença 0346659-51.2016.8.13.0145.

As suscitantes postulam, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o seu patrimônio, a suspensão do cumprimento de sentença em trâmite no Juizado Especial Cível de Juiz de Fora - MG, bem assim a declaração da competência do Juízo Estadual suscitado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Indeferida a liminar, não foram prestadas informações pelos juízos suscitados.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 1.476/1.478 (e-STJ).

É o breve relatório. Decido.

Com fundamento na orientação contida na Súmula 568/STJ, estou em proceder ao julgamento monocrático do presente conflito, tendo em vista a existência de precedentes acerca da questão ora discutida e a necessidade de desbastarem-se as pautas já bastante numerosas da Colenda 2ª Seção.

Embora API SPE26 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ora suscitante, esteja dentre aquelas sociedades que tiveram a sua recuperação judicial deflagrada, não houve a prática de quaisquer atos de constrição dirigidos ao seu patrimônio, o que impede a configuração do conflito. A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. EMPRESA SUBSIDIÁRIA. AUSÊNCIA DE CONFLITO. DESCABIMENTO DO INCIDENTE COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. (...)*

*3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que se o patrimônio da empresa recuperanda não foi objeto de constrição no Juízo trabalhista, não é possível cogitar de competência do juízo recuperacional para execução do crédito reclamado.*

*4. O conflito de competência não se presta como sucedâneo recursal nem se constitui em meio hábil para atacar decisões de instâncias inferiores.*

*5. Agravo regimental não provido. (AgRg no CC 139.585/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 30/10/2017)*

**Ante o exposto, não conheço do conflito de competência.**

Comuniquem-se as autoridades judiciárias.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator